

**OS FUNDAMENTOS DO TRABALHISMO E O ESFORÇO DE  
GUERRA: O CONCURSO PARA A ESCOLHA DA CANÇÃO DO  
TRABALHADOR BRASILEIRO**

**The foundations of laborism and the war effort:  
the contest to choose the Song of the Brazilian Worker**

**Los fundamentos del laborismo y el esfuerzo de guerra: el  
concurso para la elección de la Canción del Trabajador Brasileño**

*Alexandre Barbosa Fraga<sup>1</sup>*

*André Barbosa Fraga<sup>2</sup>*

**Resumo:**

Este artigo analisa o concurso para a escolha da Canção do Trabalhador Brasileiro, realizado em 1944 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O objetivo é investigar se e como o certame e a letra da música vencedora expressam elementos do trabalhismo e da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa de jornais da época que noticiaram o concurso. Conclui-se que a iniciativa e a canção premiada refletem pelo menos quatro fundamentos do trabalhismo. O conflito mundial e o seu contexto também estão presentes, reforçando e, ao mesmo tempo, limitando alguns desses fundamentos.

**Palavras-chave:** Canção do Trabalhador Brasileiro. Governo Vargas. Segunda Guerra Mundial.

**Abstract:**

This article analyzes the contest to choose the Song of the Brazilian Worker, held in 1944 by the Ministry of Labor, Industry, and Commerce. The objective is to investigate whether and how the contest and the winning song express elements of laborism and Brazil's participation in World War II. The methodology is based on research using newspapers from the period that reported on the contest. It is concluded that the initiative and the awarded song reflect at least four foundations of laborism. The global conflict and its context are also present, simultaneously reinforcing and limiting some of these foundations.

**Keywords:** Brazilian Worker's Song. Vargas Government. Second World War.

**Resumen:**

Este artículo analiza el concurso para la elección de la Canción del Trabajador Brasileño, realizado en 1944 por el Ministerio de Trabajo, Industria y Comercio. El objetivo es investigar si y cómo el certamen y la canción ganadora expresan elementos del laborismo y de la participación brasileña en la Segunda Guerra Mundial. La metodología utilizada se basa en la investigación de periódicos de la época que informaron sobre el concurso. Se concluye que la iniciativa y la canción premiada reflejan al menos cuatro fundamentos del laborismo. El conflicto mundial y su contexto también están presentes, reforzando y, al mismo tiempo, limitando algunos de esos fundamentos.

**Palabras clave:** Canción del Trabajador Brasileño. Gobierno Vargas. Segunda Guerra Mundial.

**Introdução**

Como parte de suas iniciativas em prol das leis trabalhistas e da regulamentação do mercado laboral no Brasil, o presidente Getúlio Vargas promulgou, em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa legislação reuniu e sistematizou as diferentes leis já existentes, garantindo aos trabalhadores carteira assinada, limitação da jornada de trabalho, férias anuais remuneradas, descanso semanal e proteção em caso de acidente ou doença. Por mais que efetivamente tenha incorporado apenas trabalhadores urbanos empregados em ofícios reconhecidos e definidos em lei, essa inclusão se tornou uma promessa e um horizonte (CARDOSO, 2010). Conforme o conceito de cidadania regulada (SANTOS, 1979), isso significa que o acesso aos direitos, mais do que simplesmente atrelado ao estatuto de trabalhador, dependia do tipo de ocupação exercida, variando, portanto, de uma profissão para outra. A CLT conjugou, então, um conjunto de políticas sociais voltadas à classe trabalhadora, buscando tanto consolidar o apoio popular ao governo quanto controlar e integrar os trabalhadores ao projeto nacional varguista.

Para Gomes (2005), a CLT faz parte de um processo mais amplo de invenção do trabalhismo, constituído sobretudo de 1942 a 1945. Ele envolveu iniciativas de propaganda do regime, de montagem de uma estrutura sindical e política, de elaboração de leis e de ações nos planos jurídico, material e cultural. Buscaram-se, portanto, elementos concretos e simbólicos dos quais fizeram parte práticas institucionais e discursivas a partir da tensão entre conquista social e controle político. Alguns dos fundamentos do trabalhismo são a valorização do trabalho e do trabalhador, a centralidade do Estado na mediação das relações de trabalho, a reciprocidade entre Estado e trabalhadores na forma de um pacto social e a promoção da união entre elites e massa em uma conciliação de classes. Esse conjunto de práticas e ideias apresentou o trabalho como eixo da cidadania e o Estado como fiador da justiça social, vinculando direitos à disciplina e integração social ao controle estatal.

Tais fundamentos foram estruturados, em grande parte, no contexto de duração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e de adesão do Brasil ao conflito (1942-1945), quando se posicionou ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e França) e declarou guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A sua entrada direta na beligerância, inclusive com o envio de tropas para lutarem nos campos de batalha da Europa, levou a muitos sacrifícios exigidos da sociedade civil em prol dos esforços de guerra. Essa conjuntura, conforme será argumentado, teve influência sobre o trabalhismo, gerando efeitos em sentidos opostos: reforçando e fortalecendo algumas de suas bases e, ao mesmo tempo, contrapondo-se a outras delas e indicando os limites de seu alcance.

O objetivo deste artigo é analisar o concurso para a escolha da Canção do Trabalhador Brasileiro, promovido em 1944 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), buscando examinar se e de que forma o certame e a letra da música vencedora apresentam elementos do trabalhismo e da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse concurso não havia sido ainda objeto de estudo acadêmico, apesar da importância que teve a designação de uma composição de ode ao trabalho e aos trabalhadores para o ideário varguista. A fim de alcançar esse intento, é utilizada como metodologia da pesquisa a consulta de jornais da época. Utilizando-se do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível acessar matérias que fazem referência ao concurso. Para analisar esse tipo específico de fonte, empregam-se como referencial teórico-metodológico as reflexões presentes em Barros (2023), levando em consideração uma visão crítica sobre o contexto político, social e econômico de produção dos jornais.

## O Brasil e os trabalhadores na Segunda Guerra Mundial

Gerson Moura empregou a expressão “equidistância pragmática” para caracterizar a política externa brasileira adotada em relação às potências estrangeiras durante toda a década de 1930. Isso quer dizer que o governo Vargas, procurando obter vantagens comerciais ao país, evitou firmar contratos e alianças rígidas com outras nações. A estratégia era a de explorar essa indefinição comercial, principalmente na disputa travada entre Alemanha e Estados Unidos por influência econômica e política junto à América Latina. Ou seja, aproveitar para tirar vantagens das oportunidades surgidas na rivalidade internacional pelo mercado brasileiro (MOURA, 1986). Mantendo essa linha, quando iniciada, em setembro de 1939, a Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas optou pela neutralidade do Brasil. Essa postura vai ser rediscutida somente após a entrada dos Estados Unidos no conflito ao lado dos Aliados, em decorrência do ataque japonês à base de Pearl Harbor, em dezembro de 1941.

Embora os Estados Unidos demonstrassem interesse crescente em fortalecer os laços com o Brasil, a definição da posição brasileira diante da Segunda Guerra Mundial enfrentou resistências e divisões internas. Dentro da burocracia estatal, havia disputas significativas: enquanto figuras como o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e o ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, defendiam o alinhamento com os Aliados, outras personalidades como os generais Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior, e Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, mostravam-se simpáticos ao Eixo. Nesse cenário de impasse, as negociações com os norte-americanos tornaram-se decisivas para mudar a posição desses líderes do exército e formar um consenso em torno do rompimento com o Eixo. Nos acordos firmados, o Brasil cedeu bases militares no Nordeste e garantiu o fornecimento de matérias-primas estratégicas, a exemplo da borracha e do manganês. Em contrapartida, os Estados Unidos comprometeram-se com investimentos essenciais, disponibilizando o financiamento do dinheiro necessário à instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda e ao reaparelhamento das Forças Armadas (FRAGA, 2015).

Em janeiro de 1942, grande parte dos países da América optou pelo alinhamento aos Estados Unidos. Decidiram-se por esse posicionamento representantes de vinte e duas nações do continente, incluindo o Brasil, ao oficializarem essa decisão na Conferência do Rio de Janeiro, momento no qual romperam relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. Não demorou a haver retaliação do Eixo: no mês de fevereiro, submarinos nazistas começaram a afundar navios brasileiros que trafegavam em águas internacionais. Seis meses depois, em agosto de 1942, os ataques passaram a ser feitos diretamente à costa do território do país. Entre os dias 15 e 17, cinco navios mercantes foram torpedeados no litoral da Bahia por

submarinos alemães. O saldo foi trágico: 652 brasileiros mortos, em sua maioria civis, incluindo mulheres e crianças, cujos corpos espalharam-se pelas praias, produzindo cenas de forte impacto. Como resposta, no dia 18 do mesmo mês, uma multidão em passeata rumou ao Palácio Guanabara disposta a exigir do governo a entrada imediata do Brasil na Guerra. Diante da pressão popular interna e dos acordos comerciais e militares já firmados com os Estados Unidos, Vargas decidiu romper com o Eixo. Assim, em 22 de agosto de 1942, o Estado Novo declarou guerra a ele, decisão formalizada por decreto publicado no dia 31 daquele mês (SEITENFUS, 2003; AGRESSÃO, 1943).

A intensidade da participação do Brasil no conflito mundial chegou ao seu auge com a decisão do governo Vargas de, inclusive, enviar tropas para lutar na Europa. A preparação das Forças Armadas para cumprir essa missão foi constituída de várias etapas como a criação do primeiro núcleo da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 9 de agosto de 1943; a fundação do 1º Grupo de Aviação de caça, em 18 de dezembro de 1943; o embarque dos militares brasileiros rumo à guerra, em 2 de julho de 1944; e o início das missões na campanha da Itália, em outubro de 1944 (BONALUME NETO, 1995; ABREU, 2001). Contudo, a obtenção da vitória, baseada no conceito de “guerra total” (HOBSBAWM, 1995), necessitava de uma mobilização intensa não somente dos militares nos campos de batalha, mas também da sociedade civil representada principalmente pelos trabalhadores. Caberia a eles garantir a produção dos bens e serviços essenciais à manutenção dos esforços de guerra.

Nesse sentido, o governo necessitava de um empenho da classe laboral na obtenção das riquezas vegetais, minerais e industriais, capazes de garantir a autossuficiência econômica do país e as matérias-primas estratégicas. Uma das principais mobilizações do Estado Novo nesses esforços de guerra ficou conhecida como a “Batalha da Borracha”. Consistiu em um programa emergencial do governo para solucionar o significativo déficit de borracha enfrentado pelos Estados Unidos, o qual buscava atender à demanda do produto exigida por sua participação na guerra e necessária para garantir a vitória dos Aliados. Tal campanha envolveu o recrutamento de milhares de trabalhadores, provenientes principalmente do Nordeste, mais precisamente do Ceará, para extrair o látex de seringais na região Norte, no interior do Amazonas (SECRETO, 2007).

Os sacrifícios exigidos pela mobilização de guerra atingiram em cheio a força de trabalho brasileira, principalmente a que integrava determinados setores civis considerados peças-chave na produção e fornecimento de bens aos Aliados, tais como, além da produção de borracha, siderurgia, mineração, transporte, energia e alimentos. Esses trabalhadores, embora não militares, viram-se essenciais à defesa nacional e à chamada “batalha da produção”, recebendo,

por isso, a alcunha de “soldados da produção”. A eles se impôs o sacrifício de abrirem mão de determinados direitos, suspensos em nome do esforço de guerra, como limite da jornada de trabalho e pagamento de horas extras, além de estarem terminantemente proibidos de abandonar seus postos (GOMES, 2021). Era atribuído a eles, então, o papel de lutar pela pátria não com armas, mas com ferramentas, suor e disciplina, sustentando a retaguarda industrial no cenário de beligerância.

A Fábrica Nacional de Motores (FNM), localizada em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, é um bom exemplo da aplicação dessas regras. Por sua função estratégica de equipar as forças armadas com motores de avião, tornou-se, por lei de janeiro de 1943, de caráter essencialmente militar (BRASIL, 1943). Com isso, aos funcionários dela era aplicada legislação de novembro de 1942, que tornou as faltas sem justificativa um crime de deserção (BRASIL, 1942). Ivan Maia de Vasconcelos foi um dos operários da FNM nesse período, recordando-se de que ela funcionava como um colégio militar, no qual os empregados solteiros, após o expediente, precisavam ficar hospedados nas dependências da própria fábrica, tendo autorização para sair apenas nos finais de semana (VASCONCELOS, 1990). Ou seja, com uma mão os direitos eram garantidos pela CLT e com a outra eram subtraídos pelos decretos de mobilização econômica (FORTES, 2021).

### **O trabalhismo, a Segunda Guerra Mundial e a Canção do Trabalhador Brasileiro**

As ações governamentais no plano legal, como a CLT, tiveram parte destacada na construção do trabalhismo. Além dela, em termos jurídicos, houve, por exemplo, a criação, em 1941, da Justiça do Trabalho, responsável por resolver os conflitos no setor laboral entre empregadores e empregados. Para além do aspecto legal, o trabalhismo, enquanto um processo mais amplo, foi caracterizado pelas dimensões material e cultural. Em relação à primeira, o governo lançou, em 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), responsável pela melhoria das condições de vida e de alimentação da classe trabalhadora. Coube a ele a criação de restaurantes populares encarregados de servir refeições aos empregados brasileiros e suas famílias por um valor menor do que o praticado comercialmente (EVANGELISTA, 2014). No contexto de entrada do Brasil na Segunda Guerra, essa ação tornou-se ainda mais relevante diante dos sacrifícios cotidianos exigidos do povo, como escassez de comida, falta de energia elétrica e aumento da inflação (FERREIRA, 2017).

Já em relação à dimensão cultural, o MTIC, em coordenação com a Comissão Técnica de Orientação Sindical, fundou, em 1943, o Serviço de Recreação Operária (SRO). Tal entidade

objetivava estruturar uma série de atividades educativas direcionadas a enriquecer o “espírito” dos trabalhadores sindicalizados e de suas famílias nos períodos de folga e de lazer. Ou seja, ampliar o universo cultural da classe proletária, em vista da formação de um “homem novo”, necessário ao progresso do país. Nesse direcionamento, foram desenvolvidas, entre outras atividades, música, literatura, cinema, rádio, teatro, dança, jogos de salão, bibliotecas e práticas esportivas (BRÊTAS, 2010). A pasta do MTIC promoveu também concursos culturais com os quais o povo era convidado a colaborar, ganhando prêmios em dinheiro, como o chamado “Concurso de Romance e Teatro”, em 1942 e 1944, que consistiu em promover a produção de uma literatura operária capaz de descrever os avanços trabalhistas alcançados durante o governo Vargas (PARANHOS, 2020; DUARTE, 2016).

Alexandre Marcondes Filho, buscando manter em evidência as diretrizes do Estado Novo voltadas à questão trabalhista e associá-las à música, decidiu lançar um novo certame público: o concurso para a escolha da Canção do Trabalhador Brasileiro, de 1944. Na Portaria n. 15, de 22 de março, a qual o instituiu, o ministro justificou a criação da premiação por considerar o seguinte: “entre as mais sadias manifestações da inteligência, a música e a poesia são das que melhor exprimem o sentimento humano”. Acrescentou ainda: “na tradição secular dos povos, os hinos e as canções vivem como fonte perene de patriotismo, além de servir de estímulo e emprestar uma expressão subjetiva do trabalho material”. No contexto de guerra enfrentado, o uso de determinadas composições poderia ser capaz de estimular sentimentos de lealdade à pátria, dever, sacrifício e esforço produtivo. Sendo assim, havia “a necessidade de o trabalhador brasileiro possuir canção própria que interprete seu relevante papel na civilização contemporânea” (BRASIL, 1944, p. 24).

Essa Portaria estabeleceu o seguinte regulamento para o concurso: 1) Prazo de 30 dias para a inscrição, a partir da publicação em Diário Oficial (o que aconteceu em 24 de março); 2) Apresentação de letra e música da canção por um ou mais autores na mesma proposta; 3) Adaptação da canção para execução por orquestra, banda, solo instrumental, orfeão, conjunto coral e solo vocal; 4) Ineditismo dos trabalhos, envio em envelope lacrado e sem identificação de autoria. Tanto o autor da letra quanto o da música deveriam assinar com pseudônimos e entregar em outro envelope interno seus verdadeiros nomes; 5) Encaminhamento do envelope à Secretaria do Serviço de Recreação Operária, no 8º andar do Palácio do Trabalho; 6) Nomeação da comissão julgadora do concurso, composta de cinco membros, pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no dia seguinte ao do encerramento das inscrições, a qual teria o prazo de 10 dias para a decisão sobre o resultado; 7) Concessão do prêmio conjunto de Cr\$ 4.000,00 aos



autores da letra e música classificados em primeiro lugar, que passariam os direitos autorais para o Serviço de Recreação Operária (BRASIL, 1944, p. 24).

Nos dias seguintes, o concurso passou a ser divulgado nos jornais, apresentando essas regras dispostas na Portaria. Os periódicos mostraram entusiasmo pela iniciativa, dando indicativos de alguns elementos importantes na canção a ser escolhida, como aproximar “pela comunhão de interesses os brasileiros de todos os quadrantes da Pátria” e ser “o elo magnífico a encadear num único ritmo as manifestações do trabalhador nacional, a sincronizar num mesmo impulso os corações modestos, a coordenar numa só e nobre aspiração os sentimentos do brasileiro que trabalha pela grandeza da Pátria” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1944, p. 11). Tais elementos, exatamente com essa mesma redação, repetiram-se em vários jornais, sendo provavelmente aqueles textos oficiais elaborados pela Agência Nacional que o próprio governo mandava aos periódicos para divulgação. Isso já dava um horizonte aos participantes do que estava sendo esperado.

Na mesma direção, a expectativa era que essa canção representasse para o povo “o marco de uma nova mentalidade coletiva, de uma maior compreensão colaboracionista, no bom sentido da expressão, de uma crença mais confiante na unificação das forças em favor do triunfo total” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1944a, p. 11). Ressalta-se, então, a importância de mobilizar elementos culturais para moldar valores e comportamentos por um objetivo que deveria ser comum: o fortalecimento econômico da nação e a vitória do Brasil na guerra. Para inspirar possíveis candidatos, foi divulgado, no jornal *A Noite*, o Canto do Trabalho, de Ana Amélia Mendonça, publicado em um de seus livros de poemas. Nesse canto, ela valoriza e diviniza o trabalho: “Trabalho é glória. Quem trabalha/Vive feliz, sereno e são”, “No ferro em brasa, o homem que malha/Busca a beleza e a perfeição”, “Da boca ardente da fornalha,/Ergue-se o hino à criação/Fontes de heróis, que o suor orvalha,/Os vossos louros aí estão” e “Bendito seja quem trabalha/Pela grandeza e a perfeição” (A NOITE, 1944a, p. 9).

Findo o prazo de inscrições, foram recebidas 47 canções, com letra e música, de vários lugares do Brasil. O ministro Alexandre Marcondes Filho nomeou a comissão julgadora do concurso no dia 25 de abril. Ela foi composta por Francisco Gomes Maciel Pinheiro, técnico do setor cultural do Serviço de Recreação Operária (na função de presidente), Ruth Stamille Gonçalves, encarregada do subsetor de música do referido serviço, Antonio Garcia de Miranda Netto, representante do MTIC, Eleazar de Carvalho, representante do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, e Otavio Brandão, representante do Conservatório Nacional do Canto Orfeônico (A MANHÃ, 1944a, p. 2; JORNAL DO COMÉRCIO, 1944a, p. 7).



A comissão examinou todas as composições recebidas, letras e músicas, executando-as instrumental e vocalmente. Depois de avaliado o mérito, marcou para o dia 5 de junho, segunda-feira, às 17h, na sede do Serviço de Recreação Operária, a identificação da canção vencedora e dos nomes dos seus autores. No salão Nobre do MTIC estiveram presentes Arnaldo Sussekind, presidente do SRO, os integrantes da comissão julgadora e o público que ali compareceu. Proclamado o resultado do concurso e abertos os envelopes lacrados, foi possível conhecer a verdadeira identidade dos vencedores. O primeiro lugar coube à canção n. 15, de autoria de Abdon Lira (música) e Léa Lira (letra), moradores do Rio de Janeiro, que concorreram com os pseudônimos “Larry” e “Lyon” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1944a, p. 7; A NOITE, 1944b, p. 4).

No mês seguinte, no dia 6 de julho, quinta-feira, o ministro Marcondes Filho pronunciou uma de suas palestras semanais no programa de rádio *Hora do Brasil*, dessa vez sobre a Canção do Trabalhador Brasileiro. Na ocasião, avaliou que o trabalho vencedor atendeu aos objetivos fundamentais do certame, pois, segundo ele, na mensagem da letra da música:

Está o Brasil do Direito Social, o Brasil trabalhista, a sadia agitação das usinas e das fábricas, a viração que ondula as searas, o ruído festivo dos transportes. Nela se reconhece a alegria das conquistas alcançadas, sem as crises sangrentas que os seus irmãos de outros mundos suportaram. Ela é o Brasil sentido e louvado pelo coração e pela voz da multidão solidária, que, à força do seu fecundo transpirar cotidiano, constrói o progresso do país (...). Será um novo e poderoso instrumento de harmonia social (...) fortalecendo as resistências das massas contra influências desagregadoras e dissolventes (...). Um excepcional elemento para maior fixação dos operários brasileiros no solo moral e cívico da Nação (A NOITE, 1944c, p. 2).

A Segunda Guerra Mundial apareceu nesse discurso da seguinte forma: a Canção do Trabalhador Brasileiro “já se encontrava no coro dos pronunciamentos com que o operariado de todo o Brasil demonstrou a sua identificação com o Estado, quando este honrou seus compromissos com os irmãos da América, revidando a agressão inimiga” (A NOITE, 1944c, p. 2). Nesse trecho, o ministro viu na música vencedora a expressão pública de alinhamento dos trabalhadores ao projeto político do Estado Novo e às ações do governo. Afirmou também o apoio deles à decisão de o país entrar na guerra ao lado dos Aliados, sobretudo depois dos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros em 1942. A manutenção do papel do Estado enquanto defensor dos brasileiros e do continente americano dependia do reconhecimento do trabalho como um ato patriótico e dos trabalhadores como atores importantes no projeto nacional e no esforço de guerra.

Na palestra, anunciou que a canção seria cantada no próximo sábado nesse mesmo programa de rádio, com grande orquestra e conjunto coral regido pelo maestro Eleazar de Carvalho, para que ficasse conhecida em todo o Brasil. Em seguida, leu as estrofes da música, dando a conhecê-la aos ouvintes pela primeira vez. A letra também foi divulgada nos dias seguintes pelos jornais (A NOITE, 1944c, p. 2). Em 18 de julho, Marcondes Filho assinou Portaria tornando-a a canção oficial do trabalhador brasileiro (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1944b, p. 8). Passou, então, a ser executada em rádios, nas inaugurações e solenidades de centros de recreação operária, e em cerimônias cívicas, como as comemorações da Semana da Pátria (JORNAL DO COMÉRCIO, 1944b, p. 5; JORNAL DO BRASIL, 1944, p. 9; A MANHÃ, 1944b, p. 9; O JORNAL, 1945, p. 3).

### CANÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO

Letra de Léa Lira  
Música de Abdon Lira

#### I

Nosso anseio constante, em verdade,  
É fazer-te, Brasil, progredir.  
Ver-te, ao toque da nossa vontade,  
A criar, a crescer, a subir,  
Na cidade, no campo, na serra,  
Trabalhando a riqueza da terra,  
Nós daremos vigor,  
Força, ideia, valor  
Ao triunfo que teu nome encerra.

#### ESTRIBILHO

Trabalhar é nossa glória,  
Com esforço varonil.  
Trabalhar sempre pela vitória  
E a grandeza do nosso Brasil.

#### II

Em qualquer dos rincões que estejamos,  
Quer no centro, no sul ou no norte,  
Pelo mesmo ideal pelejamos,  
Que é forjar um Brasil rico e forte  
E cercar de respeito profundo  
O pendão auriverde no mundo.  
Grande povo viril!  
Portentoso Brasil!  
Vocação de um porvir fecundo.

#### ESTRIBILHO

Trabalhar é nossa glória,  
Com esforço varonil.  
Trabalhar sempre pela vitória  
E a grandeza do nosso Brasil.

É possível analisar o concurso e a canção vencedora enquanto elementos simbólicos e culturais do trabalhismo. Com base na leitura de Gomes (2005), podem-se observar pelo menos

quatro fundamentos dele nessa iniciativa. O primeiro é a valorização do trabalho e do trabalhador. O objetivo era a construção de um novo sujeito, de um novo modelo de cidadão, que prezasse o seu ofício, percebesse-o como dignificador, rejeitasse a ociosidade e cultivasse uma ética do trabalho pautada pela disciplina, produtividade e compromisso com a nação. A ele ofereceriam-se, na forma de dádiva do Estado, os benefícios sociais. Esse era o trabalhador que tanto precisava ser moldado em seu comportamento e valores quanto merecia ser valorizado, protegido, reconhecido e celebrado por seu esforço e por sua contribuição para o progresso econômico e social do Brasil. Tal fundamento do trabalhismo faz parte dos próprios pressupostos do concurso. A ideia de se eleger uma canção oficial do trabalhador brasileiro procura valorizar essa figura e o papel que desempenha.

Essas características estão presentes na Portaria que instituiu o certame sob a justificativa da necessidade de os trabalhadores terem uma composição que “interprete seu relevante papel na civilização contemporânea” (BRASIL, 1944, p. 24). Aparecem ainda na palestra proferida pelo ministro Marcondes Filho ao ressaltar que são eles que constroem o progresso do país “à força do seu fecundo transpirar quotidiano” (A NOITE, 1944c, p. 2). A letra da canção vencedora reflete também essa valorização, pois exalta o ato de trabalhar como um valor moral elevado, e não apenas uma necessidade econômica, conforme evidenciado na frase “trabalhar é nossa glória”. O uso das expressões “esforço varonil” e “grande povo viril” reforça a visão do trabalhador como corajoso, másculo, destemido e central para a construção e “a grandeza do nosso Brasil”. Isso dialoga diretamente com o projeto de construção de um novo sujeito que valoriza o ofício e vê no trabalho um meio de realização pessoal, mas, acima de tudo, nacional, tendo protagonismo no desenvolvimento do país ao dar “vigor, força, ideia, valor” a ele.

A existência do conflito mundial trouxe tensão e ambiguidade a esse primeiro fundamento do trabalhismo. Isso porque, por um lado, dava ainda mais centralidade aos trabalhadores, elementos-chave cuja colaboração era essencial para o fortalecimento econômico do país e a possibilidade de custear a guerra. Por outro, difícil sustentar que eles estavam sendo valorizados se aqueles alocados em setores econômicos considerados prioritários eram chamados a fazer sacrifícios enquanto “soldados da produção”, tendo suspensos direitos trabalhistas. Na letra da canção, o esforço operário é exaltado como algo nobre, heroico e associado à glória patriótica, especialmente no contexto de beligerância. Contudo, silencia-se sobre esse reconhecimento vir acompanhado de obrigações e renúncias impostas pela lógica da guerra, na qual se exigia mais e se concedia menos.

O segundo fundamento é a centralidade do Estado na mediação das relações laborais. No governo Vargas, o Estado tornou-se o principal agente regulador entre o capital e o trabalho, assumindo o papel de árbitro diante dos interesses patronais e dos trabalhadores e buscando garantir a harmonia social e evitar o confronto direto desses atores. Para isso, assumiu a responsabilidade por criar leis, estabelecer normas e resolver disputas. Isso reforça a tentativa de Vargas de que os direitos trabalhistas não fossem percebidos como resultantes da luta de classes, mas como dádivas do Estado, oferecidas na forma de tutela e integração do trabalhador à ordem nacional. A organização sindical foi reconhecida, mas rigidamente controlada pelo Estado, o qual autorizava apenas entidades formalmente atreladas ao MTIC. Essa estrutura foi moldada por leis que exigiam o reconhecimento oficial (a unicidade sindical e o imposto sindical, por exemplo), tornando os sindicatos dependentes do Estado para atuar legalmente.

Nesse sentido, um Estado forte, centralizador e nacionalista se apresentou como “pai dos trabalhadores” por proteger, recompensar e disciplinar ao mesmo tempo. Esse segundo fundamento fica evidente no concurso, uma vez que a própria decisão de ter uma canção e produzi-la não partiu dos trabalhadores e de suas organizações sindicais. Foi uma decisão e iniciativa do Estado. O MTIC instituiu o certame, estabeleceu as regras de funcionamento e os critérios de avaliação, nomeou a comissão julgadora – com a incorporação de um representante sindical – e escolheu a letra e a música a ocuparem o primeiro lugar. Embora a canção vencedora não mencione o Estado diretamente, o papel que ele desempenhou está presente de forma simbólica. Aparece na ideia promovida pelo governo de valorização do trabalho como instrumento de construção do país e de um ideal de trabalhador que atua dentro de um sistema regulado, disciplinado e orientado por valores nacionais.

O esforço de guerra reforçou esse segundo fundamento, uma vez que demandava organização rígida e controle sobre a produção, estimulando ainda mais o papel do Estado como mediador dos interesses sociais e econômicos. O nacionalismo, já presente no ideário trabalhista, foi intensificado nesse cenário, tornando-se imprescindíveis a defesa da pátria e a exaltação do Brasil como nação forte, soberana e unificada. Na canção, o Estado é o agente implícito que coordena as forças produtivas em nome do progresso nacional e da vitória no conflito mundial. Os trabalhadores estariam inseridos em um projeto político conduzido pelo Estado, o grande articulador da ordem social e econômica e o ator central para regular direitos e deveres, moldar comportamentos e criar um ideal de cidadania.

O terceiro fundamento do trabalhismo presente é a reciprocidade entre Estado e trabalhadores na forma de um pacto social. De acordo com Gomes (2005), a adesão dos trabalhadores ao regime Vargas não pode ser explicada simplesmente por meio da repressão e

controle realizados por este, mas por ganhos identificados por aqueles. Nesse contrato implícito estabelecido, havia uma troca entre esses dois atores sociais. De um lado, os trabalhadores percebiam ganhos materiais, dispostos na legislação trabalhista e no conjunto de direitos que se tornava disponível. Isso significava melhores condições de vida e de trabalho. Do outro lado, o governo de Getúlio Vargas era legitimado como o “doador” dessa legislação, benevolente, generoso, paternalista e protetor da classe trabalhadora. A autora recorre ao conceito antropológico de “dádiva” para indicar que nesse pacto “o povo tinha o direito de receber, e, portanto, o dever de retribuir” (GOMES, 2005, p. 232).

Retribuiria mostrando lealdade ao regime e integrando-se ao projeto nacional. Sendo assim, a canção seria, na perspectiva do ministro, “um novo e poderoso instrumento de harmonia social” (A NOITE, 1944c, p. 2). Na letra da música, o pacto por uma unidade nacional em torno do trabalho é evidente, defendendo que, independentemente do rincão ou da região do país, os trabalhadores estariam conscientes de que “pelo mesmo ideal pelejamos”, o de “forjar um Brasil rico e forte” e fazê-lo “progredir”. Esse discurso, promovido pelo governo Vargas, reforça a ideia de que o trabalhador não deveria atuar apenas por interesse próprio, mas como parte de um esforço coletivo e patriótico, tornando-se colaborador de um projeto político nacional regulado e dirigido pelo Estado.

Esse terceiro fundamento foi também reforçado pelo conflito mundial, uma vez que o pacto social era ainda mais necessário e deveria incluir os trabalhadores e os diferentes segmentos da sociedade em prol da vitória na guerra. O esforço coletivo exigido pela conjuntura bélica ampliava a noção de responsabilidade compartilhada e tornava essencial a união nacional em torno de objetivos comuns. Em tempos de ameaça externa, esperava-se que todos fizessem sacrifícios. A reciprocidade expressava-se, assim, na promessa e possibilidade concreta de proteção contra o inimigo estrangeiro como resultado do comprometimento do povo com o trabalho e com a pátria. Tratava-se, então, de um pacto simbólico: o trabalhador cumpria seu papel produtivo e leal à nação, com dedicação, esforço e disciplina “na cidade, no campo, na serra, trabalhando a riqueza da terra”, e o Estado retribuía com proteção, reconhecimento, direitos e integração social.

Por fim, o quarto fundamento é a promoção da união entre elites e massa na forma de conciliação de classes. Sob a liderança estatal, buscava-se garantir a integração dos trabalhadores e também do empresariado ao projeto nacional. Na harmonia idealizada, no lugar de conflito, haveria colaboração entre as partes, juntas no projeto comum pelo progresso do Brasil. Em vez de reconhecer a luta de classes como motor da história (conforme faz o marxismo, por exemplo), o que se propôs foi um modelo eminentemente conciliatório, no qual todos os grupos sociais

deveriam cooperar, sob a mediação do Estado. As elites (proprietários, empresários) e a massa (trabalhadores), ao invés de adversárias, apareceriam enquanto parceiras complementares, unidas por um projeto comum.

Essas características são enfatizadas na palestra do ministro Marcondes Filho, quando este afirma que na música vencedora “se reconhece a alegria das conquistas alcançadas, sem as crises sangrentas que os seus irmãos de outros mundos suportaram” (A NOITE, 1944c, p. 2), possibilitando fortalecer “as resistências das massas contra influências desagregadoras e dissolventes” (A NOITE, 1944c, p. 2). Ou seja, o trabalhismo e a ideologia da conciliação de classes evitariam o conflito direto e as ideias desintegradoras que atrapalhariam o progresso e a unidade do país. Analisando a letra da canção, esta silencia sobre conflitos de classe, padrões, exploração ou desigualdades e, em vez de apontar antagonismos sociais, centra-se na unidade nacional baseada no esforço coletivo.

O cenário de guerra reforçou, ainda, esse quarto fundamento do trabalhismo. Isso porque a existência de um inimigo comum externo era mais um elemento promotor da união entre elites e massas, colocando em segundo plano os antagonismos vividos por elas e exigindo a suspensão momentânea das disputas internas. O discurso da conciliação de classes serviu a uma estratégia política e ideológica de manutenção da ordem interna, sendo apresentado pelo governo Vargas não apenas como desejável, mas como condição para o sucesso nacional no contexto bélico. O trecho “Pelo mesmo ideal pelejamos, que é forjar um Brasil rico e forte” indica esse modelo unificador a ser exaltado, o qual apaga as tensões sociais e as diferenças e reforça a aderência a um projeto comum em prol do qual se faz necessário harmonizar interesses potencialmente conflitantes.

## Conclusão

O trabalhismo propôs responder às tensões sociais decorrentes do mundo do trabalho por meio de uma solução conciliadora para o conflito e o antagonismo entre as classes sociais. O Estado assumiu o papel de mediador, regulamentando as relações trabalhistas, estabelecendo e garantindo direitos, organizando e limitando a autonomia dos sindicatos. Os benefícios sociais presentes na CLT, considerados dádivas do governo, e não resultado da luta operária, ajudaram a consolidar a imagem de “pai dos pobres” do presidente Vargas e a fortalecer o pacto entre Estado e trabalhadores. Esse processo de invenção do trabalhismo envolveu ações nos planos jurídico, material e cultural, revelando um conjunto amplo de medidas governamentais.

Entre as iniciativas no plano cultural, o concurso para a escolha da Canção do Trabalhador Brasileiro, criado pelo MTIC, e sob responsabilidade do Serviço de Recreação Operária, escolheu para o primeiro lugar a composição de autoria de Abdon Lira e Léa Lira. Nela, observaram-se quatro fundamentos do trabalhismo: a valorização do trabalho e do trabalhador disciplinado, produtivo e responsável pelo progresso econômico; a centralidade do Estado como regulador entre capital e trabalho; a reciprocidade por meio de um pacto entre os trabalhadores, com vantagens materiais ao terem garantido um conjunto de direitos, e o Estado, que, na figura de Vargas, ganhava legitimidade; e a promoção da conciliação de classes entre o empresariado e os trabalhadores em prol de um projeto comum.

Tendo o trabalhismo sido construído sobretudo de 1942 a 1945 (GOMES, 2005), sua invenção não pode ser separada do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa conjuntura, o governo Vargas intensificou a mobilização nacional em torno de valores como patriotismo, disciplina e produtividade, fundamentais ao esforço de guerra e à consolidação do modelo trabalhista. O conflito mundial exigiu unidade interna e controle social, o que reforçou a atuação do Estado como agente forte, centralizador e interventor, capaz de garantir a ordem, a paz social e o desenvolvimento econômico.

Nessa conjuntura, os trabalhadores, sobretudo urbanos e industriais, foram vistos como motores do progresso e elementos-chave na construção de um país moderno e soberano. Muitas iniciativas, com destaque para a CLT, valorizaram o trabalhador formal considerado figura central no projeto de nação desenvolvido pelo Estado Novo. A cidadania passou a ser concebida em estreita relação com o trabalho regulamentado, o qual dava acesso a direitos e benefícios sociais. Ao mesmo tempo, o esforço de guerra colocou tensão e contradição nessa valorização, uma vez que, em áreas estratégicas, tornou esses trabalhadores “soldados da produção”, exigindo deles sacrifícios que, na prática, suspendiam direitos trabalhistas. Buscou-se, então, celebrar o trabalhador como um herói que pensa no coletivo nacional antes de seu interesse pessoal ou mesmo corporativo.

A Canção do Trabalhador Brasileiro apresenta exatamente esse ator social como herói de duas batalhas simultâneas e imbricadas. A primeira pelo desenvolvimento econômico, pela “grandeza do nosso Brasil”, conforme a música. A segunda contra o Eixo e pela produção de recursos, bens e insumos necessários à defesa do país, contemplada no seguinte trecho da letra: “trabalhar sempre pela vitória”. A participação na guerra ressaltou ainda mais a importância de trabalhadores disciplinados e pactuados com um Estado forte, mediador entre capital e trabalho e conciliador de classes. Sendo assim, o contexto do conflito mundial impactou o mundo do trabalho no Brasil, ora catalisando, ora tensionando os fundamentos do trabalhismo.



## Referências:

ABREU, Alzira Alves de. Verbete Força Expedicionária Brasileira (FEB). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2ª ed., 2º volume. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001. p. 2.284-2.287.

**AGRESSÃO**: documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

**A MANHÃ**. Concurso para a “Canção do Trabalhador Brasileiro”. Rio de Janeiro, quinta-feira, 27 de abril de 1944a. p. 2.

**A MANHÃ**. Rádio. Rio de Janeiro, domingo, 8 de outubro de 1944b. p. 9.

**A NOITE**. Trabalho, poesia e música. Rio de Janeiro, terça-feira, 4 de abril de 1944a. p. 9.

**A NOITE**. “Canção do Trabalhador Brasileiro”. Rio de Janeiro, quinta-feira, 8 de junho de 1944b. p. 4.

**A NOITE**. A “Canção do Trabalhador Brasileiro”. A palestra do ministro Marcondes Filho, na “Hora do Brasil”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de julho de 1944c. p. 2.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 4.937**, de 9 de novembro de 1942. Assegura o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis produtores de material bélico.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.215**, de 21 de janeiro de 1943. Considera de caráter essencialmente militar a Fábrica Nacional de Motores e sua Comissão Construtora, e dá outras providências.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, sexta-feira, 24 de março de 1944. Seção 1. p. 24.

BRÊTAS, Angela. **Nem só de pão vive o homem**: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Uma utopia brasileira. In: **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 205-247.

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. “Canção do Trabalhador Brasileiro”. Rio de Janeiro, sábado, 1 de abril de 1944a. p. 11.

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**. A canção oficial do trabalhador brasileiro. Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de julho de 1944b. p. 8.

DUARTE, Adriano Luiz. Fundição: o concurso literário para operários promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1944. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 55, p. 51-77, jul./dez. 2016.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Arroz e feijão, discos e livros**: história do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967). Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. **Acervo**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul./dez. 2017.

FORTES, Alexandre. A Segunda Guerra Mundial e a sociedade brasileira. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (org.). **A era Vargas (1930-1945)**. 2º volume. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 145-173.

FRAGA, André Barbosa. **Os heróis da pátria**: política cultural e história do Brasil no governo Vargas. Curitiba: Prismas, 2015.

**GAZETA DE NOTÍCIAS**. Vida trabalhista. Rio de Janeiro, terça-feira, 28 de março de 1944. p. 11.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo: a transição do autoritarismo nos anos 1940. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (org.). **A era Vargas (1930-1945)**. 1º volume. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 273-305.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**JORNAL DO BRASIL**. Homenagem do Serviço de Recreação Operária ao patrono do exército brasileiro. Rio de Janeiro, sábado, 26 de agosto de 1944. p. 9.

**JORNAL DO COMÉRCIO**. Canção do Trabalhador Brasileiro. Rio de Janeiro, domingo, 4 de junho de 1944a. p. 7.

**JORNAL DO COMÉRCIO**. Novo Centro de Recreação Operária. Rio de Janeiro, sexta-feira, 28 de julho de 1944b. p. 5.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1986.

**O JORNAL**. Encerradas com grande concentração no campo do Vasco as comemorações da Semana da Pátria. Rio de Janeiro, sábado, 8 de setembro de 1945. p. 3.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. O mundo do trabalho segundo a cartilha teatral do “Estado Novo”. **Bilros**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 9-20, jan.-jul., 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra**. São Paulo: Manole, 2003.

VASCONCELOS, Ivan Maia de. **Ivan Maia de Vasconcelos (depoimento, 1988/1989)**. Rio de Janeiro: CPDOC/PETROBRÁS, 1990. dat.

## Notas:

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [alexbfraga@yahoo.com.br](mailto:alexbfraga@yahoo.com.br); [alexandrebarbosafraga@gmail.com](mailto:alexandrebarbosafraga@gmail.com) / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8568-9545>

---

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: [andrebraga@yahoo.com.br](mailto:andrebraga@yahoo.com.br) / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9522-7942>